

CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA PARA O ENSINO DE LEITURA E ESCRITA

CONTRIBUTIONS OF THE THEORY OF ARGUMENTATION WITHIN LANGUAGE TO THE TEACHING OF READING AND WRITING

Ana Lúcia Tinoco Cabral*

Resumo: *Com raízes que remontam aos anos 70 do século XX, desenvolveu-se, nos anos 80, na França, uma noção de argumentação voltada para uma abordagem linguística, dedicada ao estudo dos meios que oferece a língua para a construção de um discurso visando a uma orientação argumentativa. A Teoria da Argumentação na Língua, tal como a postularam Anscombre e Ducrot na década de 1980 e a desenvolvem atualmente Ducrot e Carel, toma a palavra argumentação num sentido restrito à argumentação linguística. Ducrot (1994), Anscombre e Ducrot (1997), com a Teoria da Argumentação na Língua e, posteriormente, Ducrot e Carel (2001), com a Teoria dos Blocos Semânticos, defendem que língua impõe restrições para os encadeamentos argumentativos possíveis, pois eles estão ligados à estrutura linguística dos enunciados. Com base em pesquisas buscam aplicações dessas teorias ao ensino de leitura e escrita, o trabalho aborda os postulados de Carel e Ducrot e seus desdobramentos e mostra como os postulados teóricos*

* Professora Doutora – Universidade Cruzeiro do Sul e Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. E-mail: altinoco@terra.com.br.

defendidos por esses estudiosos da linguagem podem subsidiar estratégias para a prática de produção textual contemplando o uso persuasivo da argumentação linguística. O texto apresenta, a título de exemplificação, a análise de um texto ressaltando o caráter subjetivo das escolhas linguísticas; e aponta perspectivas para a aplicação, para o ensino de produção textual, dos conceitos explorados nas análises.

Palavras chave: *argumentação; Teoria dos Blocos Semânticos; produção textual.*

1 Considerações iniciais

Na prática docente, nos diversos níveis em que atuamos, não é raro nos depararmos com a insegurança por parte de nossos alunos para a produção de um texto. Mesmo na Universidade, quando esperamos que eles tenham já certa proficiência tanto em leitura quanto em escrita, os estudantes demonstram sentir dificuldade para ler e, especialmente, para redigir, ou seja, para tornar seu texto informativo, interessante, adequado enfim. As dificuldades são de todas as ordens. Não há dúvida de que todas as tipologias textuais desempenham um papel importante no conjunto de um texto e que devemos, portanto, explorá-las todas. O trabalho com alunos da área de Direito me conduziu, no entanto, a concentrar-me na questão da argumentação.

Quando se fala em argumentação e produção textual, normalmente pensa-se na macro-organização do texto com fim argumentativo; entende-se a argumentação sobretudo como uma técnica consciente de programação e de organização do discurso. Com efeito, na interação, desejamos exercer influências sobre nossos interlocutores, desejamos obter a adesão deles, convencê-los de nossos pontos de vista, persuadi-los a fazer alguma coisa. Para tanto, buscamos argumentos adequados às nossas teses e organizamos nossos textos, é claro. Não podemos nos esquecer, no entanto, de que toda essa ação depende também de nossas escolhas linguísticas para obter sua eficácia. Um adjetivo bem colocado, um advérbio para reforçar um argumento, conectores para articular nosso texto, todos esses elementos linguísticos cumprem uma importante função na argumentação, pois marcam uma tomada de posição do locutor frente ao conteúdo enunciado.

Assumo o pressuposto de que o processo de escrita envolve uma escolha por parte do produtor do texto para o qual a língua nos oferece uma infinidade de possibilidades de construção e uma série de limitações de uso também. Esse é o conceito básico que fundamenta a Teoria da Argumentação na Língua, postulada por Jean-Claude Anscombre e Oswald Ducrot e a Teoria dos Blocos Semânticos, atualmente desenvolvida por Oswald Ducrot e Marion Carel. Entendo, com esses estudiosos, que a argumentatividade é constitutiva da própria linguagem. Esse ponto de vista me permite dimensionar a importância do trabalho com a argumentação linguística para o ensino de linguagem, desde o início da aprendizagem escrita, pois sinto que parte das dificuldades dos alunos reside no tratamento das peculiaridades da língua na organização textual, talvez por desconhecerem as possibilidades que a língua oferece para a construção de um texto.

A Teoria da Argumentação na Língua, tal como a postularam Anscombre e Ducrot na década de 1980 e a desenvolvem atualmente Ducrot e Carel, toma a palavra argumentação num sentido restrito à argumentação linguística. Ducrot (1994), Anscombre e Ducrot (1997), com a Teoria da Argumentação na Língua e Ducrot e Carel (2001), com a Teoria dos Blocos Semânticos, defendem que língua impõe restrições para os encadeamentos argumentativos possíveis, pois eles estão ligados à estrutura linguística dos enunciados. Minhas pesquisas buscam aplicações dessas teorias ao ensino de leitura e escrita.

Apresento, neste trabalho, alguns resultados dessas pesquisas. Procurarei mostrar como os postulados teóricos defendidos por esses estudiosos da linguagem podem subsidiar estratégias para a prática de produção textual contemplando o uso persuasivo da argumentação linguística. Assim, considerando meu objetivo, restrinjo o *corpus* de análises a um texto, que apresento a título de exemplificação. Para tanto, o trabalho está dividido em três partes: em primeiro lugar, tratarei dos fundamentos teóricos da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), ressaltando o caráter subjetivo das escolhas linguísticas; em seguida, apresentarei a análise do texto; e, finalmente, apontarei perspectivas para a aplicação, para o ensino de produção textual, dos conceitos explorados nas análises.

2 A argumentação linguística: a Teoria dos Blocos Semânticos e a subjetividade da linguagem

Na abordagem da Teoria dos Blocos Semânticos TBS, a argumentação é definida como um encadeamento de dois segmentos de discurso, eventualmente

ligados por um conector. Desse ponto de vista, denomina-se **normativa** a argumentação cujos segmentos que a compõem mantêm entre si a mesma interdependência semântica que os segmentos ligados por *logo* (*donc em francês*); denomina-se **transgressiva** a argumentação cujos segmentos que a compõem mantêm entre si a mesma interdependência semântica que os segmentos ligados por *entretanto* (*pourtant em francês*) (cf. Carel, 2001; Ducrot, 2001).

Assim, são normativos os segmentos do tipo $X \text{ logo } Y$, $X \text{ então } Y$, $X \text{ pois } Y$ etc, e são transgressivos os do tipo $X \text{ no entanto } Y$, $\text{embora } X, Y, \text{ mesmo que } X, Y$ etc. A fim de reagrupar os encadeamentos que realizam a mesma relação, Carel (2001) classificou-os como pertencentes a um mesmo **aspecto**, assinalado como X LG Y, ou X NE Y¹, de acordo com a relação realizada, se ela é **normativa** ou **transgressiva** (cf. Carel, 2001; Ducrot, 2001).

Segundo Carel (2001), a noção de “**aspecto**” diz respeito à relação que se estabelece entre X e Y. Em outras palavras, a relação entre duas palavras compreende **dois aspectos**, ligados à mesma **regra**, ou, como afirma Negroni (2001), dois aspectos de uma mesma maneira de ver as coisas.

Ducrot (2001) esclarece que os aspectos **normativos** e **transgressivos** constituem as duas formas que podem assumir a conexão (CON) de dois segmentos num encadeamento argumentativo. Dessa forma, encadeamentos materialmente diferentes podem realizar o mesmo aspecto; o aspecto constitui um conjunto de encadeamentos de mesmo valor (normativo ou transgressivo).

Cumprе esclarecer que os discursos transgressivos não são derivados dos discursos normativos; eles constituem outro aspecto de uma mesma regra, ligando duas palavras, por exemplo, e fixando o sentido delas. Carel (2001) denomina BLOCO SEMÂNTICO esse mesmo ponto de vista semântico que o aspecto **normativo** e o **transgressivo** têm sobre uma palavra; estão prefigurados no significado dessa

¹ Cumprе esclarecer uma decisão de tradução. Carel e Ducrot utilizam, na TBS, as sentenças X DC Y e X PT Y para representar os encadeamentos argumentativos. A fim de evitar confusões de leitura, optei por traduzir essas sentenças por X LG Y e X NE Y, em que os os conectores correspondentes a *donc* e *pourtant* em francês, respectivamente, foram substituídos, em português, por *logo* LG e *no entanto* NE, respectivamente. O motivo dessa opção encontra-se na possibilidade de confusão entre o conector *pourtant*, presente na fórmula original da TBS X PT Y e cujo sentido é *no entanto*, e o conector *portanto*, que tem o sentido inverso de *pourtant*.

palavra tanto o aspecto transgressivo como o normativo. Não se trata, entretanto, de uma noção absoluta em torno do sentido de determinada palavra.

A TBS distingue ainda os conceitos de argumentação interna (AI) e argumentação externa (AE), ligados ao conceito de Bloco Semântico. Carel (2001) define a argumentação interna de uma expressão linguística como sendo aquela cujos aspectos não contêm essa expressão nem no interior de seu antecedente, nem no interior de seu conseqüente. A argumentação externa de uma expressão linguística compreende, ao contrário, os aspectos em que essa mesma expressão figura a título de antecedente ou de conseqüente.

A argumentação interna está inscrita no significado da palavra e os encadeamentos possíveis são internos à palavra em questão; a argumentação externa, por sua vez, contém encadeamentos que prolongam o significado da palavra. Ressaltamos, no entanto, que tanto a argumentação interna quanto a argumentação externa constituem um fenômeno geral; a palavra tem uma argumentação interna e uma argumentação externa.

Tratando das diferenças entre argumentação interna e externa, Carel (2001) observa que os encadeamentos correspondentes à argumentação externa de uma palavra têm relações linguísticas diferentes com ela. A primeira grande diferença é que os aspectos da argumentação interna de uma expressão “E” (E de expressão) não são afetados da mesma forma pela negação. A partir dessa distinção, a pesquisadora postulou o conceito de **aspecto converso**: dois aspectos são conversos quando eles têm, respectivamente, a forma X CON Y e X CON' NEG Y, em que CON designa LG ou ET, e CN' designa a outra família de conectores. A negação transforma os aspectos internos em seus conversos. Assim, se X CON Y pertence à argumentação interna de E, seu converso, X CON' NEG Y, pertence à argumentação interna de não-E.

A segunda diferença entre argumentação interna e argumentação externa é parcialmente ligada à primeira e diz respeito à **conversão**. Tomando X CON Y, um aspecto ligado a uma determinada expressão, se X CON Y pertence à argumentação externa de E, então seu converso, X CON' NEG Y, pertence à argumentação externa de E; por outro lado, se X CON Y pertence à argumentação interna de E, então seu converso, X CON' NEG Y, não pertence à argumentação interna de E.

Para Ducrot e Carel, conforme explicado por Ducrot (2001), a TBS serve para definir as palavras do léxico; para esses teóricos, descrever semanticamente uma

palavra é indicar os aspectos que constituem, de maneira estrutural, suas argumentação interna e argumentação externa, fazendo aparecer os encadeamentos argumentativos que a língua lhes associa, ou, ainda, o seu potencial argumentativo. Nosso interesse, na extensão desses conceitos, é observar como eles acontecem em uso, ou seja, na orientação argumentativa dos textos que lemos e produzimos.

Com respeito à orientação argumentativa que conferimos aos textos que produzimos, recorreremos a Kerbrat-Orecchioni (1980,1997), para quem não podemos negligenciar os efeitos na dinâmica argumentativa na qual se encontram as marcas de subjetividade na linguagem.

A subjetividade na linguagem, de acordo com Kerbrat-Orecchioni (1980, 1997), se manifesta por meio do conjunto de escolhas linguísticas e da organização do material verbal que operamos ao construir nossos enunciados. Conforme ressalta essa pesquisadora, são os operadores de subjetividade particularmente visíveis e eficazes, como os avaliativos, que permitem ao locutor situar-se claramente em relação aos conteúdos daquilo que ele diz. Essa observação põe em evidência que a língua nos oferece, portanto, os meios para marcar subjetivamente nossos enunciados, indicando a direção argumentativa que desejamos lhes imprimir. Esse ponto de vista justifica nossa opção por incluir a subjetividade da linguagem entre os fenômenos da argumentação linguística, apesar de Ducrot não ter se dedicado a ela.

3 A linguagem argumentativa em um conto

A Teoria dos Blocos Semânticos, a nosso ver, não dá conta de todos os detalhes de um texto, até porque seria um trabalho desmedido tentar levantar os blocos semânticos de todas as palavras de um texto e de todos os enunciados. Assim sendo, ao proceder à análise de um texto a partir da Teoria dos Blocos Semânticos, priorizo certos elementos do texto e analiso a argumentação que está prefigurada em seu sentido. A análise das relações e dos cruzamentos que se estabelecem entre os blocos semânticos dos elementos selecionados permite depreender uma orientação argumentativa para o texto, indicada pelas argumentações contidas nos elementos que o compõem.

Considerando que essa teoria encara que o bloco semântico faz parte da definição das palavras, ou seja, está prefigurado no significado da palavra, conforme explica Carel (2001), durante a análise, recorreremos com frequência ao dicionário. Assim sendo, consideramos que essa é uma teoria que nos permite explorar o dicionário como ferramenta útil para o produtor de um texto, tanto para a compreen-

são do valor argumentativo das palavras na leitura, quanto para a escolha das palavras, de acordo com as intenções do produtor durante a escrita.

A partir da pequena narrativa que se apresenta a seguir, é possível observar algumas marcas linguísticas e verificar como a TBS trata delas, procurando ainda expandir um pouco essa exploração, por meio do estabelecimento de relações com as marcas linguísticas de subjetividade.

Fora dos planos

E viveram felizes para sempre, que **durou até** um pequeno **imprevisto**.

O **imprevisto** era alto, loiro, de olhos azuis, tinha um papo mais divertido e tirava notas melhores do que ele.

Miguel Nakajima Marques. Fora Dos Planos. In: Rossatto, Edson (Org.) *Contos ao Mar. Antologia de contos e microcontos*. São Paulo: Andross Editora, 2006.

O texto se inicia com a fórmula de fechamento dos contos de fada: *E viveram felizes para sempre* e apresenta, em seguida, um novo desfecho fundamentado na argumentação externa de *para sempre*: para sempre LG NEG ter fim. O converso de para sempre será: para sempre NE ter fim. A argumentação externa de *para sempre*, cujo aspecto é transgressivo, permite que a magia dos contos de fada se quebre. Podemos afirmar que esse aspecto contém essa argumentação. *Para sempre* tem como argumentação interna: possibilidade de mudança LG NEG mudança.

O texto diz que *para sempre durou até (...)*. O verbo durar tem em sua argumentação externa o aspecto normativo durar LG NEG mudança de estado e o aspecto transgressivo durar NE mudança de estado. Sua argumentação interna tem o aspecto normativo mudança de tempo LG NEG mudança de estado, ou seja, está prefigurado tanto em *durar* quanto em *para sempre* a permanência, ou seja, a não mudança de estado. O que distingue durar é que esse verbo exige sempre um determinante para lhe especificar um período de validade dessa argumentação, isto é, a realização do segundo segmento contido no aspecto transgressivo durar NE mudança de estado. A preposição *até* opera essa transformação de sentido e a AI de durar até confirma essa transformação: permanência no tempo NE limite no tempo de permanência. *Até* orienta argumentativamente a leitura em direção ao que se segue, fazendo prevalecer esse aspecto.

O que segue a durar, no texto, não é a expressão *para sempre*, que confirmaria o início da história, mas o adjetivo *imprevisto*. A argumentação interna de *imprevisto* é NEG esperado NE acontecer. Estabelecendo um cruzamento entre a argumentação interna de *imprevisto* e a argumentação externa de *para sempre*, nota-se que o acontecimento inesperado contido em *imprevisto* corresponde ao **converso** de *para sempre*, ou seja, a *mudança*. Mudança é um *acontecimento inesperado* em relação a *para sempre*. Posso dizer, assim, que a escolha da palavra *imprevisto*, associada ao conjunto *durar até*, permite a mudança na orientação argumentativa do texto, o que confere a *imprevisto* um valor central na narrativa.

Assim, são dados importantes a serem explorados na leitura do texto: 1) a fórmula *viveram felizes para sempre* e a intertextualidade com os contos de fada, em que, essa fórmula, ao contrário do que acontece no miniconto, encerra a história e nada mais se modifica nela; 2) a ideia de permanência contida na fórmula; 3) a expressão *durou até*, em que a preposição marca limite e sinaliza para o leitor que haverá uma interrupção ligada a *durar*; ou seja, uma mudança na narrativa; 4) a palavra *imprevisto*, e sua argumentação interna, pois é a partir dela que compreendemos o restante da narrativa.

Finalmente, podemos ainda explorar a enumeração das diversas qualidades/propriedades de *imprevisto*. Cumpre notar ainda a gradação na subjetividade das expressões que caracterizam o *imprevisto*: alto (– subjetivo), loiro (– subjetivo), de olhos azuis (– subjetivo), tinha um papo mais divertido (+ subjetivo) e tirava notas melhores do que ele (– subjetivo). Alto, loiro, de olhos azuis, embora sejam menos subjetivos, implicam uma avaliação do locutor. Não é raro que aconteçam discussões a respeito da descrição de uma pessoa, nas quais há discordância em torno do que se pode levar em conta para considerar uma pessoa alta ou loira, ou do que se considera como olho azul ou verde.

Ressalto, também, que o conjunto *alto, loiro, de olhos azuis* equivale a *belo*, pois corresponde a um padrão de beleza culturalmente aceito em nossa sociedade e ao qual o locutor do texto adere. Dessa forma, embora isoladamente as caracterizações alto, loiro, de olhos azuis sejam menos subjetivas, o conjunto dos três adjetivos assume o valor avaliativo subjetivo contido em *belo*. Creio poder afirmar que o locutor utiliza esse conjunto como um encadeamento cuja AE contextual contém o aspecto normativo belo LG suscetível de ser amado e argumenta, juntamente com *papo mais divertido e melhores notas*, a favor da concretização da mudança provocada pelo *imprevisto*. A partir da argumentação

contida em *belo*, a possibilidade de amor se desloca de *para sempre* em direção a *até um imprevisto*, reforçando a argumentação contida em *imprevisto*, tornando esse aspecto prevalente.

Observo que priorizei alguns elementos do texto, mas poderia explorar ainda outros, como o título *fora dos planos*, *pequeno* modificando *imprevisto*, *tinha um papo mais divertido*, *tirava melhores notas*.

4 Considerações finais: perspectivas para a produção textual

Quando solicitamos aos nossos alunos que elaborem narrativas, sempre nos preocupamos com a caracterização dos personagens. A Teoria dos Blocos Semânticos, aliada à utilização do dicionário, pode ser bastante útil para a composição de personagens. A partir dessa perspectiva teórica podemos selecionar e escolher palavras que os caracterizem precisamente de acordo com as intenções do texto.

Podemos ainda verificar, por exemplo, se a caracterização não contém nenhuma contradição, ou se as ações que serão tomadas pelos personagens não contradizem a orientação argumentativa contida na sua caracterização, caso em que o produtor do texto deve marcar essa contradição, para sinalizar ao leitor que ela é intencional.

Tenho utilizado a Teoria dos Blocos Semânticos para fundamentar a produção textual com alunos de graduação em Direito e os resultados têm se mostrado positivos, especialmente na produção de petições, situação em que é importante orientar com clareza a argumentação. A aplicação da TBS tem se mostrado útil também para evidenciar encadeamentos incoerentes, permitindo que, por meio dos blocos semânticos, os alunos percebam inadequações em suas construções.

Sensibilizar os estudantes para as possibilidades que a língua oferece para a produção textual é uma preocupação que norteia minha pesquisa; a reflexão teórica em torno da argumentação do ponto de vista linguístico constitui, acredito, um caminho para essa reflexão e, por isso, precisa ser ampliada.

Referências

- ANSCOMBRE, J-C e DUCROT, O. (1997). *L'argumentation dans la langue*. Liège: Mardaga.
- CAREL, M. (2001). Argumentation interne et argumentation externe au lexique: des propriétés différentes. In : *Langages, 142 (Les discours intérieurs au lexique*, sob a direção de A. H. Ibrahim) p. 10-21. Paris: Larousse.
- DUCROT, O. (1994). Les topi dans la théorie de l'argumentation dans la langue. In: Platin, C. (ed.). *lieux communs, topoï, stéréotypes*. Paris: Kimé, p. 233-248.
- _____. (2001). Critères Argumentatifs et Analyse Lexicale. In : *Langages, 142 (Les discours intérieurs au lexique*, sob a direção de A. H. Ibrahim) p. 22-40. Paris: Larousse.
- _____. (2005). Argumentation rhétorique et argumentation linguistique. In: DOURY, M. e MOIRAND, S. (org.) *L'argumentation aujourd'hui positions théoriques en confrontation*. Paris: Sorbonne Nouvelle.
- _____ & CAREL, M. (1999). Les propriétés linguistiques du paradoxe: paradoxe et négation. In : *Langue Française 123 (Sémantique du stéréotype*, sob a direção de O. Galatanu e J.-M. Gouvard) p. 27-40. Paris: Larousse.
- HOUAISS, A. e SALLES, M. (2001). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1980,1997). *L'énonciation*. Paris: Armand Colin.
- NEGRONI, M. M. G. (2001). Les connecteurs espagnols *ENCIM/ADEMÁS*: argumentation transgressive et argumentation normative. In : *Langages, 142 (Les discours intérieurs au lexique*, sob a direção de A. H. Ibrahim) pp. 41-56. Paris: Larousse.

Abstract: *With roots that refer back to the seventies of the twentieth (XXth) century, a notion of argumentation focused on a linguistic approach was developed in France, in the eighties (80s), dedicated to the study of the means offered by language for the construction of a speech aiming for an argumentative orientation. The Theory of Argumentation in Language, as postulated by Anscombre and Ducrot in the decade of 1980 and developed presently by Ducrot and*

Carel, takes the word argumentation in a sense that is restricted to linguistic argumentation. Ducrot (1994), Anscombre and Ducrot (1997), with the Theory of Argumentation in Language and, posteriorly, Ducrot and Carel (2001), with the Theory of Semantic Blocks, advocates that the language imposes restrictions on the possible argumentative contextures, because they are connected to the linguistic structure of statements. Based on researches that seek applications of the Theory of Semantic Blocks related to the teaching of reading and writing, this work addresses the theoretical postulates from Carel and Ducrot, as well as its unfoldings, and shows how the theoretical postulates defended by these language scholars can subsidize strategies to the practice of textual production contemplating the persuasive use of linguistic argumentation. The text presents, as an example, the analysis of a text highlighting the subjective character of linguistic choices; and points application perspectives, towards the teaching of textual production, of the concepts that are explored in the analysis.

Keywords: *argumentation, Theory of Semantic Blocs, text production.*